



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONASP

Aos 10 dias do mês de dezembro do ano 2010 às 10:38h, a conselheira Regina Miki faz a saudação inicial, lembrando a todos que esta será a última reunião desta gestão e que se configura em um coroamento de um trabalho realizado. Lembra que a conselheira Marina Magessi, que representa a Câmara dos Deputados, está internada na UTI, na cidade do Rio de Janeiro, em razão de doença de diabetes. Informa que o conselheiro Gilson Menezes, lhe repassou agora a pouco a informação de que o Prefeito de Jandira, senhor Walderi Braz Paschoalin, foi assassinado naquela cidade, por volta de 07h30min da manhã. O Secretário Nacional de Segurança Pública e Vice Presidente do Conasp, Ricardo Brizola Balestreri, no exercício da Presidência do Conselho, abre sua fala pedindo desculpas pelo atraso, informando que teve de atender a mídia que entre outras coisas gostaria de saber sobre a atuação do CONASP. Agradece a dedicação e o empenho da Conselheira Regina e da equipe da Secretaria Executiva pelo trabalho desempenhado durante este ano. Informa que foi instituído pelo Estado do Espírito Santo, o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Que gostaria de fazer dois comentários sobre o que tem acontecido no cenário da segurança pública no Brasil. Que está mudando o quadro da segurança pública. Sendo instituído um processo de polícia de proximidade, que o Brasil inteiro discute as Unidades de Polícia Pacificadoras UPP. Que elas são uma das variáveis de policiamento de proximidade. Que em cada lugar do país há um projeto sobre polícia de proximidade. Como exemplo disso, são os projetos desenvolvidos nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Amapá, Santa Catarina. O Paraná, por exemplo, tem um dos maiores especialistas do mundo em arquitetura contra o crime, que é o Cel. Bonderuk. Este quadro há quatro, cinco anos atrás era tratado como romântico. Que era preciso testar este modelo romântico que ele não se contrapõe ao

policiamento rotineiro, que não se indica que ela substitui os modelos antigos, que no caso do Rio de Janeiro, houve um primeiro momento que foi a entrada e a tomada do território. Que deve haver um segundo e um terceiro momento de maior especialidade. Que não se lembra de nenhum lugar no Brasil onde a polícia não entra. Obviamente que, o Governo Federal não pretende implantar o modelo do Rio de Janeiro em outros lugares do país. Que nos outros lugares, o trabalho pode ser iniciado já na terceira fase. Que estamos vivendo um novo paradigma, que ele começou em uma brilhante gestão do Secretário Luiz Eduardo Soares, passou por uma gestão competente Secretário Luiz Fernando Correia. Esse novo paradigma, está sendo reforçado com uma gestão identificada com o Pronasci e estamos hoje firmando posição junto ao Governo Federal no sentido de que todas aquelas que queiram verba federal tem que dar prioridade ao policiamento de proximidade. Que o sucesso das operações realizadas no Rio, também é do Governo Federal e também é deste Conselho que teve início na Conseg. Que temos que estar zelosos para que nestes avanços não haja abusos aos direitos humanos. Então temos que aplaudir a atuação dessas corporações nesse episódio, tendo em vista a repressão qualificada. O protagonismo e a repressão qualificada cabe à polícia. Num sentido complementar, cabe às guardas municipais. Que temos que desnudar e punir severamente aqueles que desviam de conduta. Que a segurança pública precisou realmente das Forças Armadas. Mas, que o apoio foi no sentido do empréstimo de equipamentos e materiais. Que não a utilização de caveirões, mas de blindados. Que tecnicamente não se pode entrar com polícia em lugares ocupados. Que os blindados fizeram a diferença pois eram capazes de passar sobre tonéis concretados. Que as “Lagartas” fizeram a diferença, que se deve pensar na compra destes equipamentos para intervenção cirúrgica nestes territórios, sem ferir os direitos das pessoas que estejam morando ali. Que as Forças Armadas agem com colaboração e não protagonismo. Que a repressão qualificada é um direito do cidadão. Que o protagonismo e a repressão qualificada cabe á polícias. Que em delitos menores também tem um papel histórico a cumprir. A primeira é suportar a violação dos Direitos Humanos em defesa da população. Não há problema e é legítimo o apoio das Forças Armadas, desde que a polícia não seja substituída pelas Forças Armadas. O Brasil deve resistir às forças ufanistas. A segurança deve continuar sob responsabilidade da polícia. Que o sucesso da operação no Rio de Janeiro não deve levar a conclusão de que elas têm que entrar na segurança pública. As Forças Armadas tem que

ser utilizadas nas fronteiras. Que elas tem a capacidade de atuar naquela peculiaridade. Que o Governo Federal também tem trazido as polícias estaduais para o trabalho nas fronteiras e que se somam ao trabalho que tem sido feito pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal e aquele executado pelas Forças Armadas. Esse trabalho não deve ficar a cargo exclusivo das polícias federais. Não é mais somente o comércio formiguinha o único vetor das fronteiras. Que se deve pesquisar mais para se descobrir os vetores do tráfico de armas e drogas. Que se deve analisar com plenitude como entram as armas e drogas no país. Que em nenhum lugar do mundo existe repressão qualificada ideal. Que se deve comemorar sem ufanismo, mas deve-se comemorar este momento. Que em nome do Ministério da Justiça e da nação brasileira, agradece aos serviços qualificados que este conselho realizou. Não só por ter preparado o que vem pela frente, mas ele também entrou para a história pelas discussões elevadas que produziu. Muitas vezes com consenso e muitas vezes com dissenso, e isso faz parte da democracia. Que não se sabe o que acontecerá daqui a um mês e que não faz a menor idéia de quem estará á frente da segurança pública. O que se espera é que não se traga de volta o “aparelhismo” e a visão patrimonialista e o uso de partidanismos. Pois, a segurança pública não é lugar de se fazer politicagem. Que a Senasp, a Secretaria Executiva e o Conselho estão conclamados para que o processo de profissionalismo da segurança pública seja continuado, que a segurança pública vai crescer em dinheiro e em prestígio até a Copa do mundo de 2016. Que não se pode voltar ao passado, com utilização deturpada da segurança pública. O Brasil merece uma referência democrática. Pois, a democracia é mais que a república. Que a segurança pública não é lugar de politicagem, não é lugar de amadores, é lugar de gente que entende. Segundo a presidente eleita Dilma Roussef, esse campo é uma área muito importante e portanto, não vai permitir um uso aparelhista, privilegiando a meritocracia na formulação das políticas. Este zelo que nós temos, devemos continuar tendo. Que todos da política sabem que a segurança pública não pode ser plataforma de lançamentos políticos. Que na participação no conselho, este zelo democrático é fundamental que todos tenham. Que este intróito é de todo o coração. Agradece por fim ao esforço e trabalho do CONASP pelo papel e pelos relevantes serviços prestados à segurança pública do Brasil. Conselheira Regina afirma que há um problema de logística a ser resolvido, e ele se refere à organização do almoço. Maj Augusto solicita que aqueles que desejarem almoçar no hotel que, por favor, informem à Secretaria Executiva

para que se possa fazer a reserva. Conselheira Regina apresenta a proposta da ata da 6ª Reunião Ordinária do Conasp, para deliberação da Plenária, destacando que as atas do Conselho estão registradas em cartório e encadernadas, e serão depositadas na Biblioteca do Ministério da Justiça e na Secretaria Executiva do Conasp. Põe em votação a aprovação da ata. Conselheira Rosemeire ressalta que, tomou o cuidado de ler todas as páginas da ata e não conseguiu localizar a transcrição da correção da fala do conselheiro Marcos Rezende. Conselheira Regina informa que a ata citada pela conselheira Rosemeire foi à ata da 5ª Reunião Ordinária e esta que está em discussão é a ata da 6ª Reunião Ordinária. Colocado em votação, ata aprovada. Em votação a pauta. Pauta aprovada. Conselheira Regina informa que o Regimento Interno foi assinado na noite de ontem pelo Ministro e deverá ser publicado na segunda-feira no Diário Oficial da União. Conselheiro Mariano ressalta que, o Conselho cumpriu sua missão, sugere que o Conselho crie uma comissão para acompanhar o que está acontecendo, que o Conselho não pode acompanhar o que acontece no Rio de Janeiro somente pela TV Globo. Entende que o que aconteceu no Rio foi necessário. Que o esforço do Governo do Rio representa 30 por cento do território da cidade. Que o estado perdeu o controle sobre seu território. Concorda que se deu o primeiro passo, que a análise sobre as UPPS merece ser discutida pelo Conselho. Que em nome dos gestores de segurança pública agradece ao Secretário Ricardo Balestreri pela sua gestão. Que os grandes marcos foram o Pronasci e a Conseg. Que o Secretário leva isso como um avanço histórico, que foi uma gestão muito exitosa. Que o Secretário foi à figura mais visível do Governo Federal no campo da segurança pública. Conselheiro Poloni cumprimenta a todos e afirma que sua associação não poderia deixar de se manifestar quanto à nova composição do Conselho e para tanto, fará a leitura do Of. nº 340/2010. Transcrição do Ofício:

Of. nº 240/2010/FNAPEF: Brasília-DF, 08 de dezembro de 2010. Ao Exmo. Sr. LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO, DD. Presidente do CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, BRASÍLIA – DF, Excelentíssimo Senhor Presidente: Através do presente, a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS – FENAPEF, deseja registrar a satisfação de ter participado de todo o processo de estruturação do novo CONASP, bem côm da Coordenação Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, marco inicial da implementação de políticas públicas para a Segurança Nacional no Brasil, com a participação integrada dos seguimentos da sociedade civil, gestores e trabalhadores. A FENAPEF acredita que a discussão de políticas públicas dentro do CONASP, tendo como premissas os princípios e as diretrizes apontadas pela 1ª CONSEG são os marcos norteadores para resolver grande parte dos problemas de segurança pública tão almejados pela sociedade brasileira, sob a seara democrática de direito que vivencia o país. A FENAPEF participou assiduamente dos trabalhos de estruturação no novo CONASP e seguindo às

normas eleitorais de composição, optou em concorrer a uma vaga no novo Conselho disputando diretamente com a COBRAPOL. A FENAPEF não obteve êxito no pleito eleitoral, de modo que os servidores da Polícia Federal são os únicos no segmento trabalhadores dos órgãos de segurança pública que NÃO TEM uma vaga específica dentro do Conselho Nacional de Segurança Pública. Infelizmente, durante o processo de formulação da composição eleitoral, a vaga prevista para os servidores da Polícia Federal, foi “desmantelada” em votação desse Conselho. A FENAPEF através de seus vinte e sete sindicatos, representa 404 Delegados, 353 Peritos, 7536 Agentes, 1502 Escrivães, 464 Papiloscopistas, 1601 Administrativos e 1210 pensionistas, totalizando 13070 servidores do Departamento de Polícia Federal. Dessa forma, entende ser inconcebível que um Conselho Nacional de Segurança Pública, que tem como premissa a discussão de políticas de segurança pública não tenha a participação da representatividade dos Trabalhadores do Departamento de Polícia Federal. A FENAPEF ao longo da sua existência, tem discutido internamente e com a sociedade em geral, fórmulas avançadas de estruturação do aparelho segurança pública no país, bem como entende ser urgente a reformulação completa do jurássico Inquérito Policial, a implementação do ciclo completo de polícia e a implantação da carreira única para os profissionais de segurança pública, através de lei orgânica. Em razão desses posicionamentos que não encontram eco em sua totalidade dentre s demais representatividades de trabalhadores, a FENAPEF deseja se posicionar de forma bem clara e incontestável que NÃO SE SENTE REPRESENTADA POR NENHUM DOS INTEGRANTES DO CONASP, NÃO PERMITINDO QUE NINGUÉM FALE EM SEU NOME JUNTO DESSE CONSELHO, reforçando esta proibição a ADPF, APCF e a COBRAPOL. Entretanto, a FENAPEF se coloca à disposição desse Conselho Nacional de Segurança Pública para quaisquer esclarecimentos e participações ao longo de seu trabalho que entenderem necessárias, desejando sinceramente que os interesses democráticos da sociedade prevaleçam sobre os interesses corporativos em suas resoluções e posicionamentos. Respeitosamente, ASSINA: PAULO ROBERTO POLONI BARRETO – Vice-Presidente da FENAPEF

Após ler o ofício o Conselheiro Poloni agradece a oportunidade e se despede. Conselheira Regina solicita que o ofício conste em ata e que seja recebido e protocolado no Gabinete do Ministro. Conselheira Raquel faz relato de entidades do Morro do Alemão. Ressalta que a semana anterior à ocupação do Alemão foi uma semana de muita tensão e medo. Que a lembrança que se tinha era do que ocorreu em 2007 naquela área. Que se tivesse resistência haveria um banho de sangue e pessoas que não tem nada a ver com a história seriam atingias. Que concorda com o Secretário que foi uma operação diferente. Que reconhece que o banho de sangue não ocorreu, que foi uma operação diferente do que tem visto naquele espaço. Que desta vez teve mais estratégia e teve mais inteligência. No entanto, o que se tem vivido nos últimos dias é que se vê um outro tipo de violência que ainda se está tentando entender. Que é diferente, que não se teve de ir contar os corpos desta vez. Que as organizações de direitos humanos estão cansadas disso. Que há a questões das invasões de domicílios, as abordagens, os furtos, os saques e a pressão que a população está sofrendo. Que há um grande número de atendimento em saúde mental. Que lideranças pedem apoio em razão da pressão psicológica que estão vivendo. Que há a preocupação no sentido de

que se afirma que se vive um estado de guerra. Que havia um grande clamor social não só para que polícia entrasse, mas que ela entrasse para matar. Que se deve conhecer e reconhecer as iniciativas locais que têm sido realizadas. Que o Complexo do Alemão tem um comitê que realizou uma reunião propositiva, no sentido de se verificar quais as possibilidades de que se realizem ações afirmativas para a população. Que traz dois pontos, trazidos por uma pessoa de lá que lhe ligou agora de manhã. Primeiro os limites da liberdade de expressão, grupos locais estão tentando realizar um ato e há uma determinação da Secretaria de Segurança Pública proibindo a realização de manifestações nas áreas públicas. A outra questão é à entrada das milícias. Que tem um foco muito grande a partir da ação contra traficantes, mas tem-se que pensar sobre as milícias. Conselheiro Luciano Losekann, afirma que o Conselho Nacional de Justiça tem realizado mutirões carcerários e não só ele, mas todos os que o antecederam tem focado o sistema prisional dentro da segurança pública. Que o sistema não possui o menor controle de quem está preso e quem não está preso. Que a ausência deste controle é um grande calcanhar de Aquiles para o sistema. Que a maioria dos estados está desorganizada e sem saber o que fazer. Que alguns presídios de estados são verdadeiras masmorras medievais. Que no presídio Central em Porto Alegre circulam cerca de 40 mil reais diariamente. Que hoje, isso já começa a contaminar inclusive a Polícia Militar, que possui oficiais envolvidos. Que este é um problema crucial da segurança pública. Outro problema é a integração de informações, que o executivo está isolado e o judiciário também está isolado. Que algumas reformas têm causado mais problemas que solução. Um exemplo é, na nova lei de tóxicos que tratou o usuário como doente sem ter estrutura para tratá-lo. Que isso faz com que a lei seja ineficaz. Não vai a nenhum estádio de futebol, porque o consumo de maconha está liberado. Que o Tribunal de Contas da União, está fazendo uma auditoria sobre o controle de entrada de tóxicos pelas fronteiras e o controle local, que os primeiros resultados são terríveis, que a utilização das policias estaduais é uma medida inteligente, mas deve haver uma reformulação do sistema. Que não se vê nenhuma ação do Ministério da Saúde. Que de nada adianta as ações realizadas pela polícia e pelo judiciário, se o Ministério da Saúde não atuar. Que existe cerca de um milhão de usuários de Crack no Brasil. Que este tema deve ser discutido no Conselho. Sugere que as reuniões do Conasp sejam realizadas fora de Brasília. Conselheiro Sá Ribas, ressalta a atuação do Conasp que segue o norte traçado pela Conseg. Que os trabalhos foram muito

bons, que esta gestão deixará bons referenciais, que este mérito o Conselho terá. Quanto à questão do Rio de Janeiro, isso assume um simbolismo muito forte no Brasil. Que vai de encontro ao que foi discutido no Conasp. Que o Conselho deve fazer uma manifestação formal. Que ele viu na operação uma estreita relação com o que foi discutido na Conseg e no Conasp, por exemplo; a integração entre as instituições de segurança pública. Que foi além, trouxe o Governo Federal, que viu muito bem caracterizada a correlação com a Polícia Comunitária. Que no Paraná teve uma experiência 30 anos atrás de Polícia Comunitária, que foi desmontada pelo governo, pois colocou material humano despreparado para isso. Que foi a omissão do Estado que permitiu que narcoterrorismo ocupasse territórios, é preciso a consolidação de políticas públicas multidisciplinares que o trabalho foi inviabilizado por questões políticas. Também viu a implementação de questões multisetoriais. Ressalta que a consolidação dessas políticas é o que se espera para a efetivação do trabalho inicial. Que rascunhou uma proposta de manifestação do Conselho. Conselheiro Agadeilton afirma que quanto à avaliação, desse Conasp chamado transitório, que ele teve um papel importante e cumpriu suas tarefas, embora entidades que não tiveram êxito no pleito em agosto façam reclamações, agora com este novo Conselho democrático podemos pontuar as questões de segurança pública, o que aconteceu no Rio de Janeiro reforça a discussão sobre o modelo de segurança pública no país. Que as questões corporativistas irão aparecer, alguns perderam, e nós junto com a sociedade devemos discutir. Ressalta que vê quatro subsistemas na segurança pública; prevenção (guardas, PM), repressão (polícia judiciária, promotoria); justiça criminal; sistema penitenciário. A falta de integração desses subsistemas é um problema, e também devemos pensar no financiamento da segurança pública, para remuneração adequada, uso de tecnologia, modelo prisional. Conselheiro Pehkx Jones afirma que a Polícia Federal quer ser referência de polícia. Ressalta que, para tanto deve atuar de forma científica. Deve se fortalecer o canal de comunicação, que mantemos uma conversa, mais uma vez no Rio de Janeiro, nossa polícia não decepcionou, e a polícia não matou, deixou de ser a espada da sociedade, que quer vingança. Pede que a sociedade civil se aproxime das autoridades de segurança pública do Rio de Janeiro, a polícia está aprendendo. Estamos amadurecendo, a Polícia Federal tem uma visão de polícia como ciência. Conselheira Raquel ressalta primeiro que, embora a operação tenha sido diferente, morreram 30 pessoas no Rio de Janeiro, segundo sempre procuramos canais de diálogo, para que

os moradores tenham um espaço mais propositivo. Conselheira Regina observa que esta composição do Conasp não pode produzir mais manifestação. Conselheiro Osmar destaca que, no Complexo da Penha todas as comunidades querem as UPPS como queriam os GPARE, dez anos depois o que é o GPARE, temos que nos perguntar o que é? Que tem que aplaudir os moradores, os atores locais que moram naquelas comunidades. Que fica estarecido quando vê as pessoas se indignarem com os fatos no Rio de Janeiro, que todos sempre souberam, que as autoridades sabem que as pessoas sabem. Que há um simbolismo muito grande. Que as comunidades vão pagar um preço muito alto. Que aplaudir uma ação destas seria divino se nós tivéssemos a perfeição. Temos que continuar lutando para que se estabeleça uma política de polícia comunitária. Que não tem cabimento uma ação como aquela se não estejam junto os direitos humanos. Que vai haver abusos. Que não se pode falar em libertar a comunidade da Penha, o que se fez foi retirar uma minoria que usava os métodos de sobrevivência de seu comércio. Que a comunidade não estará libertada enquanto o Rio de Janeiro não estiver libertado. Que fala pela primeira vez em público depois do ocorrido. Que amanhã de manhã estará na Maré, na terça estará na Vila Cruzeiro. Conselheiro Ângelo parabeniza a Conselheira Regina e sua equipe e informa que o Espírito Santo está retirando todos os presos das delegacias de polícia. Que irá profissionalizar o sistema penitenciário que é o que está faltando. Precisamos entender que as pessoas que estão no sistema prisional precisam de tratamento. Deseja um Feliz Natal a todos. Conselheiro Everardo agradece e parabeniza a atuação dos amigos do Conasp. Ressalta que foi fundamental a participação do Secretário Balestreri, da Conselheira Regina, do Guilherme e dos demais membros do Conasp para o êxito alcançado. Que os vê como referência. Que mesmo atuando com pequenos trabalhos na periferia brasileira, em Belém e agora em Brasília, que não se sente com capacidade para opinar sobre o que ocorreu no Rio de Janeiro. Que não se sente à vontade para opinar, por entender que este passo tem traumas, mas o olhar tem que ir mais longe, que vive-se em uma cultura armamentista. Que a ação que foi feita no Rio de Janeiro é fruto de uma ação excessiva do estado brasileiro, que o estado se sobrepõe onde quer e do jeito que quer. Que conclui com muita tranquilidade, no sentido que os novos conselheiros terão tarefas de continuidade. Que os conselhos estaduais devem ser concretizados para que se exijam metas de redução de criminalidades nos estados. Conselheira Melina faz uma retrospectiva do que foi o trabalho, ressaltando que houve um

grande processo de discussão da segurança pública. Que se discutiu muito o papel dos municípios. Que houve a reestruturação do Conasp. Que para além do espaço de representação, o Conasp também deve ser um espaço de controle da segurança pública. Que se tem um grande desafio pela frente. Conselheiro Pafirma que olhou o que aconteceu no Rio de Janeiro enquanto negro e enquanto religioso, que não acredita que tem um bem de um lado e o mal de outro lado. Que os orixás representam as coisas da natureza. Que o mar carrega todas as características boas de serem olhadas e serem reativadas, mas que também destrói. Ressalta que, se tem que saber o que é melhor para cada um. Que ficou 37 dias em um cargo de governo, e pediu exoneração porque se sentia incoerente. Cada vida ali perdida é uma vida é um irmão meu. Que Gilberto Gil e Capinan fizeram uma música chamada "O Porto de Gore". Que a favela é fruto da princesa Isabel, que é fruto do país mais atrasado do mundo que é o Brasil. Que foi o último a acabar com a escravidão no mundo. Que nunca se buscou explicar o que os negros iriam fazer. Que o país caminha ainda como se os 40 por cento que se declaram negros, representassem um nada que não merecem nada. Que qualquer coisa pode ser feito ali. Que isso é o conceito mediano do que pode ser feito para resolver o problema e isso não pode ser feito. Que todos têm que ter direitos. Que não se pode enxergar somente a polícia e o bandido, tem que se ver também quem consome. Como as drogas chegam no morro? Que foi lançado por um capitão negro, Cap Marinho, o livro intitulado: "Qual a função do exército na segurança pública". Que o exército não tem formação para atuar na segurança pública. Que foi um momento importante de reflexão sobre o que aconteceu no Rio. Como na música de Chico Buarque, Malandro. Malandragem que nunca se dá mal, que senta junto almoça e depois assassina os negros. Que não se pode almoçar com tranquilidade. Que a menina de 14 anos não foi Sacha nem foi João Vitor, foi só uma menina que morreu. Não dá para subir o morro sem os direitos humanos, não se pode mais acreditar que se faz segurança pública sem a população. Não dá para acreditar que muitos policiais que subiram o morro são menos nocivos que os marginais que lá atuam. Que vão continuar morrendo policiais ou outras pessoas de forma aleatória. Isso não pode acontecer. Que é muito duro, que não se pode perder a possibilidade de se continuar assim. Que os problemas que surgiram não são importantes, que são jogados debaixo do tapete. Que o estado é hipócrita pois não tem coragem de discutir com as entidades sobre ações concretas. Ele oprime sem prestar conta. Que todos precisam sentar antes no que se quer

antes. Que isso só vai acontecer com educação. O que se viu foi criança levando tiro de traficante porque não queriam levar bomba para incendiar carro. Que não se pode dar repostas. Conselheiro Casanova faz a entrega de comendas ao Conselheiro Ricardo Balestreri e à Conselheira Regina. Conselheiro Ricardo Balestreri, agradece a homenagem prestada pelos Bombeiros e afirma que não há dicotomia entre ser servidor público e defender os direitos humanos, prova disso são os bombeiros que hoje no dia internacional dos direitos humanos, devem ser homenageados. Trabalhos do período matutino encerrado às 13:33 h. Às 15:20 h foi realizada a retomada dos trabalhos. A Conselheira Regina Miki, pede que seja consignado em ata que, por volta das 14 horas nasceu o filho do conselheiro Marcos Costa. Conselheiro Leôncio acredita que o trabalho realizado pela gestão foi bem realizado e que em grande parte, isso foi possível, dado ao trabalho da secretaria executiva desde o Alberto até o trabalho desenvolvido pela Conselheira Regina. Que faltou um pouco de foco no trabalho, sendo que o Regimento só foi aprovado na última reunião. Mas que todos estão de parabéns, pois cumpriram bem sua missão. Em relação ao que foi dito de manhã pelo Conselheiro Poloni, esclarece que a ADPF fala somente pelos delegados. Com relação ao que aconteceu no Rio de Janeiro fala sobre a visão do gestor do delegado Beltrame. Que determinada época questionando ao delegado Itagiba porque só agora isso foi possível, ele respondeu que isso foi possível, pelo alinhamento político entre o Prefeito, o Governador e o Presidente. Que o Conselho deve analisar que não se pode fazer segurança pública somente nesta situação. Que quem fez a operação foram os policiais do estado, que não se faz segurança pública levando boinas vermelhas. Que há anos os gestores reclamam da falta de policiais. Que o gestor técnico às vezes se vê diante de uma situação em que ele tem que fazer mais não tem condição política. Que o gestor Beltrame gostaria de fazer a operação só com os policiais militares do Rio. Que quer crer que aquilo não ocorreu em razão da Copa. Que no Rio não houve crime organizado, o que há é um estado desorganizado. Que foi feito um planejamento de ocupação de espaço e não de prisões e de banho de sangue. Esta é uma opinião de quem faz política pública como o Beltrame, e como o Itagiba tentou fazer. Que pretende desfazer a imagem da Polícia Federal. Que o DPF mandou um perito para representar o departamento na discussão sobre perícias. Que o DPF foi representado por um escrivão na manhã de hoje. Que a Polícia Federal estará muito bem representada por delegados, papiloscopistas e peritos e também os agentes. Que aprendeu

muito com o Conselheiro Marcos Rezende. Que os delegados enquanto participantes do Conasp sempre terão uma visão sistêmica, não apenas o que interessa para a categoria, mas para toda a sociedade. Conselheiro Heder afirma que não adentrará à questão do Rio de Janeiro porque cada um tem sua opinião e neste momento não haverá consenso. Que agradece de coração o fato da Anaspra ter acento no Conasp e estar sentado na mesa discutindo segurança pública, sob a perspectiva não de gestor, mas de trabalhador. Ressalta que lhes foi dada uma voz que não há no seu estado e nem dentro da caserna. Que isso é algo que guardará para sempre. Gostaria de fazer um registro com tom de desabafo e que já se posicionou sobre isso. A SDH está discutindo um Plano Nacional de Direitos Humanos para policiais e não chamou Anaspra. E nem o CNCG foi chamado. Não tem dúvida que foi um avanço, mas tem preocupação com o fato de não ter sido chamado. Que foi o contato o Maj Augusto que lhe deu o caminho das pedras e assim conseguiu ser inserido no processo. Que busca o fim de sanção disciplinar de restrição da liberdade em razão de questões disciplinares, que dia 15 às 17 horas será lançado o plano. Que gostaria que fosse criado um grupo de trabalho para discutir os direitos humanos dos policiais. Que o grupo que discutiu o assunto só contava com policiais militares e com 02 delegadas do Rio de Janeiro. Registra a necessidade de que o Conasp tome conhecimento e participe desta discussão. Conselheira Regina informa que após o trabalho deste pequeno grupo será feita uma consulta pública direcionada para todas as polícias. Que no dia 15 será lançado o conjunto de diretrizes para as audiências. Conselheiro Marcílio afirma que em relação à avaliação da gestão entende que o papel foi cumprido. Com relação ao caso do Rio de Janeiro destaca que, no Rio de Janeiro apenas um por cento dos homicídios são apurados e isso só são os casos de flagrante. Que a operação poderia ter tido um desfecho trágico, e que não teve não sabe o porque. Questiona como surgiram estes fatos que determinaram a realização da operação? Responde que surgiu com a queima de carros e as operações podem ser vistas como revide da polícia. Que houve casos negativos, como por exemplo o caso de prisões sem mandato onde se lotavam ônibus e levavam para delegacia para averiguar. Se há tanta droga é porque tem corrupção. Que as UPPS foram inspiradas no mutirão pela paz. É preciso que a base da polícia seja revista. Inclusive a defensoria pública está com o ônibus da cidadania recebendo estas denúncias. Infelizmente a defensoria fica na base da PM e o cidadão não vê isso positivamente. Como o defensor vai defender o cidadão se ele

vê o defensor junto com alguém que pode ter lesionado um direito seu. Que há que se atacar a corrupção. Conselheira Regina informa sobre o conteúdo do material distribuído aos conselheiros, relatando que se trata de um CD com toda a documentação referente a esta gestão. Conselheiro Sana afirma que, o Conselho cumpriu plenamente o seu objetivo. Houve uma sinergia entre os membros. Agradece a oportunidade que foi dada a ele ao Conselheiro Mello e ao Conselheiro Marcos Costa, para realizarem a eleição. Que o Conselho terá ampla composição. Que há muitos debates a serem feitos além de se dialogar com o Congresso Nacional, que também se tem que discutir orçamento. Além da implementação do Gabinete de Gestão Integrada. Quanto à discussão sobre o Rio de Janeiro acredita que já foram lançadas muitas opiniões e que no futuro o conselho tem que montar uma comissão para acompanhar estas grandes operações. Quanto ao caso das drogas, a Senad já tem grandes trabalhos, mas o Conselho também tem que ampliar a discussão. Outro tema muito lembrado é a questão do controle de armamentos e a campanha do desarmamento. Acredita que o Conselho tem que estabelecer este debate. Que a segunda Conseg tem que ampliar a discussão. Uma das tarefas do Conselho será estimular a interlocução com os estados para a implantação dos conselhos estaduais. Aproveitando a data, trouxemos a Revista de Direitos Humanos do Espírito Santo, e gostaria de registrar um elogio ao Secretário Ângelo Roncalli, que conseguiu aprovar e editar a revista. Trouxe também uma fita sobre o fim da violência contra a mulher. Que o Conselho de Secretários Municipais de segurança será representado pelo Conselheiro Mariano, que recebeu quase oitenta por cento dos votos para representar o conselho de secretários. Conselheiro Mello sugere que a Conferência seja registrada. Quanto à postura de atuação, há um Regimento Interno criado pelo Conselho, que contempla discussões democráticas que devem ser norteadas pela defesa da sociedade. Valorização dos profissionais, que haja uma doutrina de capacitação dos profissionais de segurança pública. Gostaria de agradecer a toda a secretaria executiva. Dirigindo-se à Conselheira Regina, afirma que gostaria de ter filhos assim que, por muitas vezes nem se quer passou por uma academia e estão discutindo e suportaram questões até pessoais nossas. Que o novo Governo tenha consciência de que você é a alma deste Conselho. Que o novo Ministro tenha consciência disto, com todo e qualquer defeito, você deu a cara para bater, nos momentos de crise, tudo tem que ser reconhecido. Ressalta que aprendeu muito com o conselho, que tinha uma base, mas aprendeu muito. Que parabeniza o secretário

Beltrame, o Cel. Mário Sérgio Comandante Geral da Polícia Militar e ao Diretor Geral da Polícia civil. Que em 1.808, Dom João criou a primeira polícia com uma missão árdua e penosa. Que infelizmente, parece que os policiais sempre eram, mesmo quando o clamor público percebe o trabalho mas, mesmo assim parece que só há erro. Se há corrupção ela está na polícia, se há drogas a culpa é da polícia. É certo que vidas foram ceifadas, mas e aquelas tantas que não foram ceifadas. Não se deve esquecer que os policiais também são seres humanos que os policiais escreveram as histórias de seus estados com sangue. Se erra e porque o policial está sempre presente. O policial militar é antes de tudo um cidadão que é fruto da sociedade a que serve. Ressalta que não está aqui em nome próprio e sim de instituições duocentenárias. Ressalta que é um grande prazer receber a Anaspra no Conselho que tem muito orgulho de dizer por onde vai ao Brasil que no Conasp há representação de praças. Conselheira Regina informa que segundo o plano de governo da presidenta a segunda Conferência deverá ocorrer em 2012. Que só erra quem faz. Que havia uma necessidade insustentável no Rio. Que não haja novos erros. Mas assegura que foi uma ação antecipada que não tinha como não acontecer. Que foi um passo errado dado pelos criminosos, que não esperavam a união que ocorreu. Que concorda com o Conselheiro Leôncio quanto ao alinhamento político. Que destaca o caso do Estado de Alagoas onde, mesmo sem alinhamento político, teve o mesmo socorro. O Brasil está caminhando sem bandeiras políticas. Com todas as críticas que se tenha mas há também que se reconhecer os acertos. Conselheira Simone, acredita que o trabalho foi feito. Ressalta a importância dos trabalhadores com patentes inferiores a participar destes espaços de poder. Com esta arquitetura desenhada desde a CON, destaca que os trabalhadores podem participar de todas as etapas do processo. Que se conseguiu administrar as tensões existentes. Que ouviu na voz do Brasil que a primeira medida do ministro será uma reunião com governadores e prefeitos e que está esperançosa com o futuro. Conselheira Rose ressalta que é uma das conselheiras que não voltam, que foi uma grande experiência estar junto com os conselheiros. Que houve uma aproximação da sociedade civil com os gestores. Que sai do conselho melhor do que entrou. Que tem que ponderar que foi muito bom utilizar os recursos humanos daquele território que a força de segurança foi para lá para aprender como atuar na fronteira. Que quem conhece o território sabe como fazer e tem maior capacidade de aprender o que tem de ser feito. Que o Conselho tinha uma missão que foi cumprida. Que vai

acompanhar para saber quando serão as reuniões para que possa passar e dar um abraço a todos. Que o Conselheiro Sana destacou o trabalho sobre o município que espera que a próxima gestão também faça produtos desta natureza. Que a Conferência dará muito trabalho. Que será importante a oxigenação do Conasp. Conselheira Regina afirma que o trabalho do Conselho é sempre construir. Que o espaço de discussão do Conasp foi maravilhoso. Que estaremos aqui representando todos os grupos da sociedade civil que buscarão interagir para que possa representar todos. Que o Ministro assinou o decreto. Parabeniza a todos e solicita que se utilizem dele para participarem. Conselheiro Fernando fala em nome dos policiais rodoviários federais, que questiona para onde os chefões do tráfico do Rio de Janeiro se evadiram, mas para onde eles foram. Esta é a questão que se apresenta. Que se preocupa com a evasão destes meliantes para outros estados e para as proximidades do Rio de Janeiro. Que se preocupa muito com o efetivo da PRF que possui cerca de 9 mil policiais para mais de 100 mil km de rodovias. Que se deve trabalhar com inteligência para bem cumprir sua missão. Conselheiro Gilson Menezes que trabalhar com o Conselho foi uma oportunidade muito boa. Que nada faltou durante o período em que esteve neste Conselho, desde a CON até esta reunião. Gostaria de destacar a atuação do Ministro Tarso. Que este Conselho seguiu a esteira da Conseg. Que guardou a fala do secretário que disse sobre a oportunidade aberta com o portal do tempo. Que havia dúvidas sobre a iniciativa de se reestruturar o Conasp ou não. Que o Conasp nos deixou muitos ensinamentos. Que na prática percebeu-se que houve um grande crescimento. Isso principalmente para ele que vem de um seguimento que não tem representação. Que representa cerca de 700 guardas com 83 mil servidores. Que hoje sabe que não tem que entrar pela porta dos fundos mas pela porta da frente. Principalmente pelo parecer 001 elaborado pelo Conasp. Que estreitou contato com a Polícia Militar, principalmente com o Coronel Camilo, para que se busque um trabalho melhor para sociedade. Isso para regular a ação das guardas que são criadas no Brasil. Que encontra menos resistências nas Polícias Militares que está encontrando parceria para a atividade. Que quando um a criança nasce na rua com o cordão umbilical sendo cortado com instrumentos inadequados, corre muitos riscos e se for feito em um hospital os riscos são menores. Que a regulamentação está sendo feita em parceria com a Polícia Militar de forma muito responsável. Conselheiro Marlon afirma que uma das grandes virtudes é a troca de experiências. Possibilitando uma nova integração. Como

Presidente da Feneme, agradece a oportunidade dos trabalhadores participarem do Conselho e da Conseg. A formação dos policiais militares é muito cartesiana e não se aprendeu esta capacidade na academia. E estas negociações são muito positivas. Que diz ao Conselheiro Heder que as entidades são absolutamente favoráveis a extinção das penas restritivas de direitos nas corporações. Que os policiais sabem que há uma banda podre, mas que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é uma instituição criada de três corporações DF, RJ e Guanabara. O Delegado Elio Luz diz que, a sociedade não quer pagar bem o guarda para comprá-lo. Que o Maj. Bridi ficará em seu lugar. Quer agradecer de forma especial ao Dr. Ricardo Balestreri, a Dra. Regina e ao Maj. Augusto, que sempre estiveram com a entidade. Que tem propostas de pacificação do Congresso. Que se coloca á disposição de todos. Conselheiro Humberto ressalta a satisfação de poder participar deste Conselho, que tem mais de trinta anos de serviços e nunca foi chamado para discutir, que as polícias nunca foram ouvidas. Que muitos conceitos ou preconceitos foram mudados. Pensa que é hora de celebrar. Não é hora criticar. No caso do Rio de Janeiro a operação foi feita no momento correto. Estamos construindo uma página da segurança pública. Que participou na época do exército não se podia fazer nada. Que admira o agradece o trabalho do Dr. Ricardo Balestreri. E também da Dra. Regina que participa com ele no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Que registra seu agradecimento e o reconhecimento pelo trabalho da Dra Regina. Conselheira Regina informa que foram enviados para o Rio de Janeiro mais de 500 milhões de reais. Conselheiro Celito que não imaginou que seria possível sentar um grupo do GLBT ou um grupo da favela para discutir segurança pública. Que aquilo que o Conselheiro Marcos Rezende reclamava que a sociedade não é ouvida aqui é o contrário, todos são ouvidos. Isso foi o resultado da Conseg. Gostaria de destacar que hoje há recurso para se ter isso quase que em tempo real. Que não viu grandes planejamentos. Que a polícia era de certa forma meio fechada que essa mudança só seria possível quando se pudesse ouvir a sociedade. Outra coisa que não se faz na segurança pública é a avaliação de cumprimento de metas. Crê que são estes os aspectos que se deixa para o próximo Conasp. Que vê com grande preocupação a ânsia para ter arma. Que entende que as guardas municipais não devem ser armadas. Sugere que seja lido o artigo do Luiz Eduardo Soares. Por último não poderia deixar de agradecer aos companheiros a Regina e aos colaboradores da Secretaria Executiva. Conselheiro Sá Ribas ressalta que o trabalho no Conasp de troca de experiência que

permitiram inclusive a troca de experiência. Por exemplo, sempre imaginou que o órgão que mais tinha problemas de relacionamento era a polícia militar e hoje percebe que ela não é a única. Que não há restrição para a extinção das penas restritivas de liberdade no seio das corporações. Que não há como se negar que o um estudo que foi feito na área de segurança pública foi feita na ordem de três por cento. No Paraná se investe cerca de 7 por cento. É compreensível que tenhamos distorções em razão desta questão. O segundo aspecto é a gestão estratégica da segurança pública. Outra é a questão do monitoramento. Conselheira Raquel crê que boa parte dos pontos já foram apresentados, concorda com o Celito no sentido de que se cumprir as metas. Que escutar e se reposicionar após a escuta, isso é muito significativo. Que esta é a marca que cada um deixou. Que cada um aprendeu muito neste processo. Gostaria de deixar registrado os agradecimentos a Regina e toda a Secretaria Executiva. Que o grande legado para ela foi o diálogo com os trabalhadores. Essa é uma responsabilidade para aqueles que permaneceram no Conasp. Gostaria de contextualizar sobre a revista que foi entregue, a obra pretende ser uma ferramenta de diagnóstico e de discussão. A fonte é o Datasus. Trabalha com uma projeção, lançando uma estimativa de vidas perdidas, no sentido de incentivar a realização de ações para que esta estimativa não se concretize informa que, segundo o Dr. Roberto de Sá da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, não há nenhuma ordem expressa proibindo a realização de eventos socioculturais nos complexos do Rio de Janeiro. Conselheiro Wilmar informa que há um esforço do Conselho Nacional de Chefes de Polícia no sentido de se atualizar os 4 mil inquéritos em atraso. Que delegacia não é lugar de cumprimento de prisão. Que é bom lembrar que participa da gestão do sistema penitenciário nacional a magistratura com a vara das execuções e Ministério Público. Assim sugere que o Conselho trabalhe neste campo. Por fim, gostaria de agradecer o apoio que o Conselho tem recebido por parte da Senasp, na pessoa do Secretário Balestreri, gostaria também de agradecer a Secretaria Executiva e aos colegas conselheiros. Conselheiro Osmar afirma que se sente privilegiado por participar deste momento histórico que estamos vivendo. Que em 99 foi convidado para implantar os conselhos comunitários que eles os sonhadores conseguiram implantar dois conselhos que seu também de doze anos sempre foi junto com a polícia. Que hoje os conselhos que atuam, que tem algumas críticas, mas eles estão atuando. Que depois de uma Conferência hoje temos um Conselho Nacional. Que se sente como uma pessoa privilegiada por ter

participado deste processo, que o Tião Santos retornará, mas ele se sente integrado participando do Viva Rio. Que não mora mais na favela mas sua família ainda esta morando na favela. Que a esmagadora maioria da população se trata de pessoas de bem. Conselheiro Marcos Leôncio que tem avançado muito o entendimento de que a política de segurança não é só do estado. Na guerra de 2007 o prefeito não fazia o serviço e hoje estamos vendo uma realidade diferente. Quanto ao item 3 da pauta recomendações para o próxima gestão, é importante que o Conasp passe a interagir de forma efetiva Senasp, Pronasci, Enasp, Encla no monitoramento das ações. Apresentando as suas ações. Interação do Conasp com a questão da política antidrogas, com aproximação com a Senad, Ministério da Saúde. Grandes eventos internacionais, o Conasp tem que se inserir neste processo. O que pode ser aproveitado dos investimentos públicos e privados no que se refere a política de segurança pública. Acompanhamento e encaminhamento das propostas da 1ª Conseg. Avaliação da metodologia, através do relatório do IPEA. Podendo inclusive corrigir o Conasp definitivo. Será que a forma estabelecida pelo Decreto Presidencial é a correta? Se a formatação do Decreto e do Regimento vai trazer a autonomia para o Conselho. Será que deve haver uma autonomia maior. Levar o Conasp para fora de Brasília, junto às universidades, participando de eventos, principalmente para estruturação dos conselhos estaduais e municipais. Capacitação dos novos conselheiros, inclusive dos estados e municípios. Debater os assuntos mais sistêmicos. Que se deixe os debates segmentados. Devem-se sempre respeitar as diversas visões que cada um tem sobre os temas, devendo penas se render a verdade, ao resultado, das metas, ainda que seja contra a visão. O Conasp deve se pautar sempre na política de resultado. A sociedade espera é uma política de resultado. A Conselheira Regina agradece e passa a palavra para o Vice-presidente do CONASP e presidente interino do Conselho na Reunião, Ricardo Balestreri. Passando a tecer as recomendações para a próxima gestão, fazendo um exercício de síntese, quanto á fala do Celito sobre planejamento. Não se discute a política que esta sendo implementada. Que o Conselho não tem conhecimento do que está sendo realizado. Tem pouca divulgação e informação. A mídia brasileira não favorece, pois não divulga o que está sendo realizado. Devendo partilhar mais. A desinformação aumentou muito. A Senasp vai editar uma orientação aos estados no sentido de sugerir que os estados extingam as penas de restrição de liberdade, substituindo. Pela primeira vez teremos uma pesquisa

nacional de vitimização. Esta sendo investido quase sete milhões de reais que esta sendo realizada pelo Datafolha. Que seguramente será um salto de qualidade. Que pela primeira se continuar colocando nos presídios presos primários estaremos colocando na cadeia novos réus. É impossível que o Congresso não se abra para este debate. Outra recomendação é a questão dos procedimentos operacionais padrão, não se pode impor mas pode recomendar. Precisa-se trazer para o centro das discussões a polícia de proximidade. Hoje cerca de 40 mil policiais já fizeram os cursos de polícia de proximidade. Que vários estados já estão se esforçando neste sentido. Que se tem que investir na cultura para os jovens, é preciso dar aos jovens oportunidades de produzir cultura. O que lhes dá um sentimento de pertencimento. E se eles não tiverem isso eles buscam em outros locais. Investimento nos desdobramentos da Força Nacional. A Força Nacional hoje associada com a Polícia Federal. Que 50 por cento dos desmatamentos é feito pela Força Nacional. Que a Polícia Federal não tem efetivo. Ação brilhante, apreendendo em sete meses o equivalente a mais de sete mil caminhões de toras ilegais de madeira. Tem que continuar este trabalho e também a Polícia Civil. Hoje o seguimento civil da Força Nacional foi para Alagoas e fez um grande trabalho. Hoje a Força Nacional já se desdobra em peritos. Somente nos estados que se acham mais auto-suficientes é que a Força Nacional não atua. Portanto o Conselho deve recomendar a continuidade da força. Grande parte da polícia brasileira foi equipada com armamento menos letal. Hoje se trabalha com redução de dano e de letalidade. Tem-se que continuar com a polícia aérea e fluvial. Que em dois anos foram gasto mais de 200 milhões em aeronaves. Quem comprou foram diretamente os estados. Hoje a polícia brasileira chega em qualquer parte de seu território. Que foram adquiridas várias lanchas. Isto que se diz não é retórica. São fatos apresentados. Tem que se continuar investindo em ensino.... 15 mil especialistas formados em cursos totalmente formados pelo Governo Federal. São 200 mil matriculas há quase quatro meses em mais de quarenta cursos. Jornadas de Direitos Humanos. Parcerias internacionais. Ministério da Justiça está juntando material das diversas secretarias. Isso tudo demanda planejamento. Isso tem que ser incentivado. Com respeito ao serviço público. Servindo ao público e não servindo do público. Agradeço a Secretaria Executiva pelo trabalho e que todos continuemos em rede. Temos muito que celebrar. Não podemos fazer a política da terra arrasada. Muito obrigado. Conselheira Regina gostaria de fazer alguns agradecimentos. Ao Ministro Tarso Genro, um homem

visionário que influenciado pela equipe, teve a idéia de influenciar a participação democrática iniciar a política de segurança publica nos moldes que já estava sendo feito nas outras áreas. Ao Ministro Luiz Paulo pela continuidade, se um teve a visão de iniciar o processo o outro teve a grande visão de não interromper o processo e de não causar qualquer empecilho e acreditar que o Deputado José Eduardo Cardozo continuará na mesma linha já que a sua trajetória política nos leva a crer que ele fará uma grande gestão dentro do Ministério da Justiça. Que acumula os cargos de Assessora Especial do Ministro ligada ao Gabinete do Ministro e como Secretária Executiva do Conasp, está ligada a Senasp, que é salutar na medida que um elabora política e o outro executa a política, não havendo confusão na mesma pessoa daquele que elabora e daquele que executa. O Conselho todo tempo se reporta a Senasp, pois é a executora da política de segurança pública e auxilia o Ministro da Justiça na elaboração da política. Agradece ao Secretário Balestreri por todo o apoio. Sobre o IPEA apresenta os Fábios e pontua que o Fábio Deboni um dos responsáveis pelo grande êxito da metodologia da Conferência junto à equipe e posteriormente somou-se ao Fábio de Sá no IPEA na avaliação e o grande apoio que tem recebido nesse processo avaliando auxiliando com a visão alta critica e jovem. Agradece em especial a uma pessoa parte da equipe da Secretária Executiva, Fernando Borges pelo trabalho que tem se apresentado para o aprendizado e em seu nome cumprimenta toda a equipe, possibilitando a reflexão do dia a dia e como podem ser superados obstáculos. Dirige a palavra ao Secretário Balestreri. Que faltava emoção em sua vida, que já passou por um pouco de cada coisa na vida. Que já passou pela área árdua da habitação em Diadema e posteriormente para a área da segurança. Esteve à frente de um comando de Guarda Municipal armada e teve uma capacitação perfeita junto ao comando sem problemas. É a favor da guarda armada. Que veio para o Governo Federal com a expectativa de aprimoramento. Que se deve aprender a cada dia com humildade, mesmo havendo diversidade. Que tem trabalhado o tempo inteiro com o Conasp, com o cronograma apertado. Em uma reunião de equipe que o Major Augusto leu uma frase de Fernando Veríssimo que "*quando pensamos que sabemos todas as respostas, vem à vida e muda a pergunta*" e foi isso que foi feito o tempo inteiro no Conselho buscando a nova pergunta para ter a nova resposta. Deseja a todos um feliz natal e um feliz ano e encerra os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária do CONASP às 17h 20min.